

A PASSOS DE TARTARUGA: OPERÁRIOS TÊXTEIS E CAMPANHAS SALARIAIS EM FERNÃO VELHO – MACEIÓ/AL (1962 – 1964)

AIRTON DE SOUZA MELO¹

As campanhas salariais sempre chamaram mais a atenção dos trabalhadores. O enfoque econômico mobilizava mais que o fator político. As dificuldades econômicas e as possibilidades de vitória nesse tipo de reivindicação trouxeram consequências imediatas, atingindo demandas urgentes do universo operário, tornando-os mais sensíveis a participação e integração na luta por aumento de salário.

Questiona-se muito, não sem um fundo de verdade, o motivo dos trabalhadores brasileiros se movimentarem essencialmente nos momentos de reivindicação econômica. Porém, falta sensibilidade do movimento operário de enxergar o porquê disso e fazer a classe operária avançar em direção à luta política. O ex-sindicalista e dirigente comunista Rubens Colaço identifica e analisa de forma concisa e precisa o motivo da luta econômica ter ganhado destaque. Ele nos diz:

Há de se compreender que a greve reivindicativa, a greve econômica, é uma luta de sobrevivência. O operário vai à greve econômica por quê? Porque quer salário, quer melhores condições de trabalho, quer assistência social, uma razão qualquer que ele sente na pele, imediatamente, está doendo nele. (MAJELLA, 2010: 91)

Realmente doía nos trabalhadores a condição precária a qual eram submetidos. Nos momentos em que almejavam melhores condições de vida, os operários têxteis alagoanos participavam ativamente das reuniões em seus sindicatos, pensando estratégias de conquistar direitos. A participação em campanhas nacionais nos revela que, além de conectados, eles “dependiam” muitas vezes da iniciativa nacional como um pontapé inicial para um norte e, após isso, tomavam a frente do processo de forma regional. E os têxteis sempre estavam unidos mesmo quando não organizavam as greves gerais da categoria; participavam e apoiavam das reivindicações de seus companheiros de classe.

¹ Professor Temporário Assistente no curso da História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) Campus Sertão. Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O presente artigo buscou a participação e ação dos operários têxteis da Fábrica Carmen Fiação e Tecelagem nas campanhas salariais realizadas entre os anos de 1962 -1964, localizado no bairro Fernão Velho, em Maceió/AL. Estudamos os posicionamentos tomados pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho (Sindicato têxtil de Fernão Velho), as disputas entre patrões, Estado e proletariado, os desfechos das campanhas e suas consequências. Além disso, constatamos que as informações sobre a capacidade do salário mínimo precisam ser revistas pela historiografia brasileira.

Conseguimos observar que nos anos 1960, a classe trabalhadora alagoana tentava acompanhar o calendário de lutas do movimento operário nacional e a participação de grande parcela dos têxteis, mesmo aqueles que não participavam cotidianamente da vida sindical. Com isso o crescimento da consciência de classe se dava também nas lutas salariais. Analisamos a partir de E. P. Thompson quando afirma:

[...] em primeiro lugar, no crescimento da consciência de classe: a consciência de uma identidade de interesses entre todos esses grupos de trabalhadores, contra interesses de outras classes. E, em segundo lugar, no crescimento nas formas correspondentes de organização política e sindical. (THOMPSON, 2002: 17)

Nos anos 1950 e principalmente nos anos 1960, os trabalhadores da Fábrica Carmen passam a construir de forma mais ativa o movimento operário alagoano, assumindo o papel de destaque frente, não só aos têxteis, mas diante do proletariado em Alagoas.

O salário mínimo no Brasil foi instituído em 1º de maio de 1940, para vigorar a partir de 1º de julho do mesmo ano. Sua unificação aconteceu somente em 1984. Na sua criação, foram definidos 14 níveis salariais diferentes aplicados em regiões delimitadas pelo governo federal, ou seja, gerando salários maiores para os estados do Sudeste e do Sul e um salário menor para o Nordeste, Norte e Centro-oeste (DIEESE, 2005, p.4).

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) define que até o ano de 1951, o momento do salário mínimo foi de consolidação, com uma queda violenta no valor de compra entre os anos de 1946 e 1951. Entre os anos de 1952 a 1964, é visto como período de recuperação; até o ano de 1959, houve um forte crescimento de seu poder aquisitivo, chegando em 1957 ao maior valor médio anual da história (Ibid.,

Ibdem),² cerca de Cr\$ 3.700, três mil e setecentos cruzeiros (DIEESE, 1999, p.1). No entanto, esse valor não significava a realidade do povo brasileiro; esse número era o valor respectivo a São Paulo e as outras capitais do Sudeste. Em Maceió, o salário em 1956 passou para Cr\$ 2.200 (dois mil e duzentos cruzeiros) e Cr\$ 2.000 no interior do estado. Além dos valores entre regiões serem diferentes, havia diferença entre o mínimo na capital e no interior dos estados brasileiros.

No Nordeste e, conseqüentemente, em Alagoas valor do mínimo era bem menor em relação ao Sudeste. O salário mínimo alagoano era cerca de Cr\$ 1.500 (mil e quinhentos cruzeiros) mais baixo que os de São Paulo e Rio de Janeiro. Por isso analisamos com desconfiança os dados apresentados pelo DIEESE, quando mostram números de uma situação nacional, representando somente algumas capitais do Sudeste, (esses números não condizem com a metade das capitais brasileiras). Por isso devemos encarar com ressalvas quando o DIEESE diz que de 1952 até 1964 foi uma época de bons salários e alto poder de compra porque, como veremos a seguir, os trabalhadores, no período estudado, estavam sempre com muitas dificuldades para conseguir manter a subsistência e lutando bravamente por melhores salários e condições de vida.

O salário mínimo entre 1952 e 1964 é, definitivamente, melhor que na década de 1940. No entanto, deve-se levar em conta a alta taxa de inflação no Brasil na década de 1950, em média 19% e na década de 1960, chegando aos 40%.³ Esses altos valores diminuía o poder de compra do salário mínimo, mantendo a classe trabalhadora sempre em dificuldade financeira.

A classe operária brasileira conseguiu melhorias salariais entre os anos de 1952 e 1964. Isso acontece, devido à nova face do governo, o processo de industrialização e as pautas de reivindicações dos sindicatos e trabalhadores em geral: reajustes salariais; 13º salário, conquistado em 1962; salário família, em 1963 e as campanhas pelas reformas de base até 1964.

CAMPANHAS SALARIAIS

² O valor do salário mínimo correspondia a R\$ 1.106,05, a preços de março de 2005.

³ IBGE. http://pt.wikipedia.org/wiki/Infla%C3%A7%C3%A3o#.C3.8Dndices_da_infla.C3.A7.C3.A3o_.28IBGE.29. Acesso em 01 de dezembro de 2011.

A classe operária alagoana estava aproveitando o momento de efervescência nacional e local para conquistar vitórias e melhorias nas condições de vida. O salário mínimo, no período da redemocratização, atingira níveis nunca vistos pela classe trabalhadora, mas isso não era suficiente. A exploração a que era submetido o proletariado brasileiro, era imensa e, mesmo a melhor fase do salário mínimo, não conseguiu suprir as necessidades dos trabalhadores. A participação do CGT nesse processo deu maior fôlego às lutas por novos níveis salariais. Mas antes mostraremos os resultados do ano de 1961.

O ano de 1961 terminou com a aprovação do novo salário mínimo em todo Brasil. O PCB, sindicatos e a Federação dos Trabalhadores participaram ativamente do processo de luta tanto contra a carestia de vida quanto por um novo salário mínimo (Oito meses de governo udenista do general Luiz Cavalcante: carestia, mais fome e miséria para os alagoanos simples, trabalhadores e camponeses. *In: A Voz do Povo*. 24 de setembro de 1961, ano XV, número 36, p. 4).

Em Alagoas, foi definido o salário mínimo de Cr\$ 8.064,00 para Maceió e de Cr\$ 6.440,00, para as cidades do interior do estado, aumento de 40% sobre os vencimentos (Novo Salário Mínimo. *In: A Voz do Povo*. 08 de outubro de 1961, ano XV, número 38, p. 1), Com uma diferença de 2 mil cruzeiros entre o salário da capital e do interior. O valor para as capitais brasileiras mais poderosas era relativamente maior, como São Paulo, com o salário mínimo de 13.216,00. Revelando a grande disparidade nos níveis salariais entre as regiões brasileiras. Havia estados com salários menores que Alagoas.

Se formos observar, nominalmente os níveis salariais através do período entre 1945-1964, encontraremos uma grande diferença positiva, entre os anos 1950 e 1960. Porém, não se converteu em grandes melhoras para os assalariados. Em Alagoas, no ano de 1953 o salário mínimo girava em torno de Cr\$ 1.000,00, em 1956, foi conquistado Cr\$ 2.200,00 na capital e Cr\$ 2.000,00 no interior. Já em 1959, o salário mínimo passou para Cr\$ 5.000,00, na cidade de Maceió. Em 1961, o novo mínimo de Cr\$ 8.064,00 para Maceió e de Cr\$ 6.440,00, para o interior alagoano. Com a campanha de 1962, foi fixado, em 1963, Cr\$ 17.200,00, para

Maceió. No início de 1964,⁴ houve um reajuste de 100% sobre o salário mínimo, elevando para Cr\$ 34.400,00 (trinta e quatro mil e quatrocentos cruzeiros), pouco antes do golpe militar (Brasil daqui e dali. *In: A Voz do Povo*. 09 de fevereiro de 1964, ano XVIII, número 5, p. 4).⁵ No entanto, devido a crise política que antecedeu o Golpe de 1964, os salários não foram reajustados e o golpe estancou a luta pela concretização dos 100% de aumento salarial.

O alto crescimento do salário mínimo está vinculado: 1) a capacidade de organização e luta da classe trabalhadora brasileira, durante os anos da frágil democracia (1945-1964); 2) a desvalorização da moeda brasileira, mediante a crise econômica e altas taxas de inflação vividas pelo país, sobretudo depois do governo JK e no governo João Goulart. Essa diferença numérica, apontada acima, representa a desvalorização da moeda, a perda gradativa do poder de compra do Cruzeiro e o aumento do custo de vida da sociedade brasileira.

Voltemos ao ano de 1962 e o início de uma nova campanha salarial. Logo no começo do ano, os sindicatos e entidades começaram a se organizar para uma nova campanha salarial, liderada pela Federação dos Trabalhadores. No dia 04 de fevereiro de 1962, em uma reunião, o Sindicato Têxtil de Fernão Velho passou a integrar a “Comissão sindical permanente contra a carestia”. Foi feito um memorial e aprovado para ser entregue às autoridades municipais, estaduais e federais, explanando a posição da “Comissão” acerca da redução do custo de vida e aumento do salário mínimo. A diretoria do Sindicato teria oficialmente uma posição na campanha salarial e contra as ações do governo e reafirmou isso em ata,

Diante da indiferença dos poderes constituídos resolvemos em assembleia sindical constituirmo-nos em comissão sindical permanente de combate a carestia de vida, visando através de esclarecimento da organização dos trabalhadores reivindicarem perante o executivo e legislativo federal, estadual e municipal as seguintes medidas: Contenção imediata da carestia de vida; congelamento dos preços [de itens] de primeira necessidade e rebaixamento dos preços particularmente da farinha de mandioca, charque, carne verde, leite e feijão. (Sindicato dos Trabalhadores na

⁴ Nos dados fornecidos pelo IBGE a data de vigência do novo salário mínimo, nacionalmente, foi 24 de fevereiro de 1964. Tabela dos valores nominais do salário mínimo (1940-1999), DIEESE. Acesso em 20 de novembro de 2011. http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo_1940a1999.htm. Porém, até o dia 15 de março de 1964, o salário não havia entrado em vigência em muitos estados, entre eles, Alagoas. “Brasil daqui e dali”. *In: A Voz do Povo*. 15 de março de 1964, ano XVIII, número 9, p. 1.

⁵ O reajuste salarial de 100%, conquistado em 1964, não foi implementado em Alagoas e isso gerou muita insatisfação e a continuidade da luta salarial, sufocada pelo Golpe Militar.

Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho. Ata da reunião, 04 de fevereiro de 1962. [**Grifos nossos**]).

A participação dos sindicatos têxteis de Maceió dentro do movimento potencializava a capacidade dos trabalhadores alagoanos, pois além das fábricas têxteis serem referência para os operários do interior alagoano, significava a participação de uma categoria numerosa e expressiva.

A classe operária alagoana volta a se movimentar e organizar ações contra o governo de Luiz Cavalcante em grande ato realizado no Palácio do Trabalhador. O ato congregava várias categorias, entre elas as delegações das fábricas têxteis da cidade de Rio Largo (Progresso e Cachoeira); em Maceió, do bairro de Saúde (Norte Alagoas), de Fernão Velho (Carmen) e Bom parto (Alexandria).⁶

Para o dia 01 de maio de 1962, foi organizado pela Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alagoas e o PCB um 1º de maio de lutas com as atividades divididas entre o Sindicato Têxtil de Maceió (Fábrica Alexandria), o Sindicato dos Estivadores e Palácio do Trabalhador (Sindicatos organizam 1º de maio de unidade e de lutas. In: *A Voz do Povo*. 29 de abril de 1962, ano XV, número 9, p. 1.).

Na edição de 20 de maio de 1962, o jornal *A Voz do Povo* publicou uma matéria informando que em assembleia os operários votaram por lutar pelo reajuste de 100% do salário mínimo e equiparação com o salário de Maceió. Nesta mesma edição do jornal, foi publicado que os têxteis de Rio Largo estariam se preparando para entrar em greve, caso não fossem atendidos. Ainda na mesma edição há a cobertura do protesto dos têxteis da Fábrica Alexandria, contra o corte de 110 operários, devido à crise da indústria têxtil com a falta de crédito e matéria prima. Os têxteis da Fábrica Alexandria iriam pleitear aumento de 50% e que, através do próprio jornal, foi marcado um encontro entre os têxteis de Maceió e Rio Largo, para se organizarem nas lutas salariais (Movimenta-se a classe operária de Rio Largo

⁶ Aurélio Cavalcante, pres. do Sindicato têxtil de Alexandria; Jayme Miranda(PCB), (consultor jurídico) membro da Comissão Permanente de Luta Contra a Carestia; Manoel Matias, representante do Sindicato do Óleo; Comandante Cristovão Rego, Sindicato dos Aeronautas; José Luiz, Sindicato Termo Elétrico; Joel Joaquim, pres. da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alagoas; Francisco Claudemiro, Sindicato da Construção Civil; Nilson Miranda (PCB), pres. do sid. dos Radialistas; vereadores Renalvo Siqueira (PCB) e Claudenor Sampaio; Silvio Lins, pres. Sindicato dos Sapateiros; Benedito Leão, pres. Sindicato dos Panificadores; Gabriel Soares, representante universitário; Rubens Colaço, pres. Sindicato dos Rodoviários.

pelo ajustamento salarial. In: *A Voz do Povo*. 20 de maio de 1962, ano XV, número 11, pp. 1 e 4).

Em agosto, o evento que mais chamou a atenção dos têxteis foi a greve de 20 de agosto, estendida até o dia 22 de agosto de 1962, uma quarta-feira. Greve motivada pela administração da Fábrica Carmen que impôs a utilização de seis teares para cada tecelã e tecelão, gerando a insatisfação e recusa dos operários. A fábrica voltou atrás porque os têxteis não aceitaram aumentar o ritmo de trabalho, quando ainda estavam insatisfeitos com os salários que recebiam (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho. Ata da reunião de 22 de agosto de 1962). No governo JK aconteceram cerca 180 greves, no entanto, “nos três primeiros anos de Goulart foram deflagradas mais de 430 paralisações” (TOLEDO, 2004: 19-20). Nesse mesmo período, diversas instituições sindicais de caráter regional ou nacional foram criadas.

No final do ano de 1962 foi decretado o novo salário mínimo, fixado em 1963 com o valor de Cr\$ 17.200,00. O valor foi bem superior ao salário do ano anterior, porém não representou o dobro do poder de compra da classe trabalhadora porque a moeda perdia cada vez mais seu poder de compra e os itens de primeira necessidade estavam cada vez mais caros.

Pouco tempo depois da vigência do novo salário mínimo, o proletariado têxtil já estava calculando e buscando novamente reajustar seus salários. No dia 17 de fevereiro de 1963, os operários da fábrica Carmen estavam reunidos discutindo a melhor forma de terem os salários aumentados. Foi formada uma comissão para pleitear melhores rendimentos aos trabalhadores, mas a conversa com a diretoria da fábrica não havia sido satisfatória. O operário João Inácio relatou:

Como membro de uma delegação organizada pelos tecelões, a fim de reclamarem seus salários, fez ciente ao Dr. Alberto, que muitos operários ganhavam mais porque entravam [na Fábrica] antes da hora e saíam depois a fim de produzir mais, como também uma hora de limpeza exigida pela empresa, ao que o Dr. Alberto respondeu que nada tinha a ver com quem quisesse trabalhar a mais, pois só tinha a ver com as 8 horas diárias conforme a tabela do horário registrada ou num caso extraordinário, quando necessário. (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho. Ata da reunião de 17 de fevereiro de 1963).

O diretor da Fábrica disse não ter nada a ver com a insuficiência do salário mínimo, em manter a subsistência dos operários. Os têxteis estavam se organizando para começar, através dos meios legais, a pleitear um novo salário mínimo. O tecelão João Inácio ainda pediu para os funcionários não trabalharem mais que 8 horas diárias, pois prejudicavam os companheiros, pois os mestres olhavam com bons olhos àqueles que excediam o tempo legal de trabalho.

Ainda na reunião, Luiz Januário propôs ao Sindicato pleitear um aumento nas seguintes proporções: 80% para os que trabalhavam por hora e 40% para os profissionais por produção, embora vissem o grande mal da situação dos trabalhadores nas organizações que ajudavam a regular os preços dos produtos necessários para sobrevivência. Se a empresa não aceitasse o apelo, deveriam ir a um dissídio (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho. Ata da reunião de 17 de fevereiro de 1963). No entanto, as reivindicações não resultaram no aumento salarial.⁷

Entre os meses de junho e julho de 1963, a classe operária em Maceió começou a se organizar novamente para buscar novos salários. Nesse momento, era mais fácil a organização, depois de várias ações coletivas e a formação de uma comissão permanente, em 1962, (com ampla participação do PCB, sindicatos e CGT, amplamente representado pelo PCB).

Em 07 de julho de 1963, os têxteis de Fernão Velho voltaram a se reunir para discutir o aumento salarial e sobre o pagamento das taxas de higiene. A ata informa que, segundo o operário Luiz Januário, já há muito tempo era de sua opinião ser tratado em uma reunião questões sobre aumento salarial, pois o salário, hora recebido, dava muito mal para passar três dias. A sua proposta era de 20%. A proposta foi bem recebida pelos presentes. O associado José Crispin concordou com os operários, mas lembrou a campanha passada, quando eles acertaram 80% na reunião e foi levado para a negociação 60%, pelos dirigentes. Por isso chamou atenção dos companheiros. Joel Joaquim, Presidente da Federação dos Trabalhadores, esclareceu que as solicitações feitas eram debatidas e encaminhadas pela Federação (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho. Ata da reunião de 17 de fevereiro de 1963). A ata nos mostra que os sindicalizados se posicionavam contrariamente

⁷ Neste mesmo dia, Ruben Ângelo anunciou o nascimento do seu filho e convidou os associados em geral para o “cachimbo” (costume camponês de comemorar no nascimento do filho com cachaça com mel de Uruçu).

quando os dirigentes encaminhavam propostas diferentes do que havia sido acordado com a base.

Aconteceu com ampla participação da classe operária alagoana a “Semana Nacional de Protestos,” entre os dias 01 e 07 de agosto de 1963. No dia 28 de julho, a caravana formada pelo CGT foi à Fábrica de Saúde. No dia 29, a comitiva passou pelos sindicatos em Fernão Velho e em Rio Largo. Nos sindicatos, aconteceram assembleias e nelas foram aprovados o apoio e participação na Semana pelas reformas de base e contra a carestia (Arrumadores, Saúde, Fernão Velho e Rio Largo realizaram assembleias de apoio à Semana Nacional de Protestos. *In: A Voz do Povo*. 04 de agosto de 1962, ano XV, número 26, pp. 3-4).

No último dia da Semana Nacional de Protestos, 07 de agosto, foi deflagrada uma greve no Porto de Maceió, estendendo-se ao longo de 11 dias (Prossegue a greve dos portuários apesar das violências policiais. *In: A Voz do Povo*. 18 de agosto de 1962, ano XV, número 30, p.1). A greve terminou com os portuários tendo a sua reivindicação, a federalização do Porto de Maceió e pagamento de atrasados, atendidos (Iminente nova greve no porto de Maceió - Deputado Lauro Farias solicitou da câmara envio de telegrama pedindo a liberação urgente dos cem milhões de cruzeiros. *In: A Voz do Povo*. 08 de setembro de 1962, ano XV, número 33, p.3).

Os sindicatos têxteis estavam cada vez mais imersos nas discussões e debates sobre o aumento do salário mínimo e pela diminuição do custo de vida. O CGT e a Federação dos Trabalhadores estavam participando como vanguarda nesse processo. Em setembro de 1963, a Federação e o CGT participaram de assembleias em todos os Sindicatos têxteis a fim de tomarem conhecimento desses sindicatos diante da proposta de paralisação dos trabalhos na luta por aumento salarial.

No dia 29 de setembro de 1963, os têxteis de Maceió se reuniram no Sindicato dos Têxteis de Fernão Velho para fazer o repasse das assembleias nos sindicatos alagoanos. Segundo Joel Joaquim, Presidente da Federação, as decisões dos sindicatos do interior foram contrárias às opiniões dos sindicatos de Fernão Velho, Saúde e Rio Largo, acerca da paralisação dos trabalhadores. Isso ocorreu em virtude de não ter sido tomada decisão por parte dos empregados nas propostas de reivindicação salarial. No entanto, os sindicatos se dirigiram e fizeram ciente ao Delegado do Trabalho, a decisão de levarem a termo o dissídio coletivo, caso os empregadores não apresentassem uma contraproposta. A proposta era de

40% de aumento sobre o salário e ficou marcada outra reunião na Delegacia Regional do Trabalho.

Nessa reunião, foi registrado na ata o protesto do advogado Ruben Ângelo, que em nome da base, afirmou o erro dos líderes sindicais de assinarem o acordo sem o devido consentimento do conjunto dos trabalhadores. Falou que era preciso mais democracia dentro do sindicato, ouvindo e discutindo as diversas opiniões, e que com autoritarismo as consequências não seriam boas. Ainda houve acusações de autoritarismo contra a Federação durante o processo. Joel Joaquim disse que iria haver nova negociação e os termos do antigo acordo não valeriam (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho. Ata da reunião de 29 de setembro de 1963).

A ata do dia 29 de setembro mostra uma reunião tensa, pois mesmo a ata não contendo todos os discursos e sendo feita pela própria diretoria, vimos fortes posições contra a Federação e os líderes dos sindicatos, tomando decisões sem o consentimento da base, de forma verticalizada, e isso estava sendo cobrado pelos operários presentes na reunião.

Devemos levar em conta o seguinte: essas campanhas salariais estavam conectadas de forma nacional. Porém, como o salário mínimo não era unificado, necessitava da participação ativa dentro do respectivo estado para conquistar as melhorias necessárias. No final de 1963, foi decretado um novo salário mínimo para o Brasil, onde cada estado teria o seu nível salarial. Com o novo salário mínimo reajustado em 100%, e entrando em vigência no início de 1964, foi demonstrado o grande poder da classe trabalhadora brasileira, que a cada ano conquistava vitórias (Brasil daqui e dali. *In: A Voz do Povo*. 09 de fevereiro de 1964, ano XVIII, número 5, p. 4). Por outro lado, o cruzeiro perdia cada vez mais seu poder de compra. Em São Paulo o salário mínimo subiu de Cr\$ 21.000,00 para 42.000,00, já em Alagoas o salário passaria de 17.200,00 para 34.400,00.⁸ No entanto, na ata do dia 11 de março de 1964, os têxteis estavam indignados com o aumento de 40% e não os 100%, o que daria Cr\$ 24.080 (vinte e quatro mil e oitenta cruzeiros), quase dez mil cruzeiros a menos em relação ao acordado.

Além da redução no aumento, o salário não entrou em vigência no período determinado. O mês de fevereiro foi de espera. Em alguns estados, o salário entrou em

⁸ O valor do salário calculado a partir das informações nos jornais, com o aumento de 100%.

vigência no dia 24 de fevereiro de 1964, mas em Alagoas isso não aconteceu. E nesse contexto de luta e insatisfação com o salário menor que o esperado, encontramos na ata de 11 de março de 1964, os discursos mais radicais.

No dia 11 de março de 1964, na sede social do Sindicato Têxtil de Fernão Velho, se reuniram além dos operários da Fábrica Carmen, as delegações de alguns sindicatos têxteis. Essa reunião foi para discutirem novos níveis salariais e as ações a serem tomadas, caso não fossem atendidos. Iremos agora descrever a reunião baseados na ata e depois vamos tecer algumas considerações sobre o documento e a reunião.

Quando se especifica o motivo da reunião, o presidente José Conrado deixa claro que o salário ao invés de melhorar só prejudicou aos trabalhadores e pôs a culpa do fracasso final da campanha salarial de 1963 na Federação dos Trabalhadores. José Graciano, representante do sindicato de Rio Largo, disse ao conjunto dos têxteis que em seu sindicato já havia tido reunião idêntica e foi tirado que “não iam pleitear nada”, mas exigir 100% sobre o salário. E não acreditavam “em meios termos ou dissídio, por estes andarem a passos de tartaruga. Porém, acreditava no direito do trabalhador.” E disse aos trabalhadores:

Vários operários construíram prédios e nem sequer possuíam uma choupana para se abrigarem, construíram automóveis e só terem o direito de vê-los passar nas ruas, era preciso, pois, que nos acordássemos e que nos uníssemos para exigir os nossos direitos, direitos esses que só por meio de grande luta, libertaríamos das mãos de um grupo de privilegiados. (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho. Ata da reunião de 11 de março de 1964).

Em seguida, Antônio Virtuoso da Silva, também de Rio Largo, concorda com as palavras do companheiro. A situação de fome era a falta de pulso firme do presidente, legisladores, bem como presidente de Federação, Joel Joaquim. Em seguida, Áureo Calazans, de Rio Largo, explicou que, como sindicato membro do CGT, era preciso tornar claro para alguns que não tinham conhecimento que o CGT não era um bicho, “nem organização de agitação como dizem por aí, porém, um órgão de controle e comando dos trabalhadores para que se unam em um só bloco, *pra* nos libertar do julgo dos privilegiados.”

A delegação de têxteis da cidade de Rio Largo estava altamente inflamada e indignada com a situação dos seus salários, propondo uma forma de luta mais radical, caso o aumento de 100% não fosse respeitado. O presidente do Sindicato Têxtil de Saúde, Fábrica Norte

Alagoas, disse ser preciso solidariedade e unanimidade para uma reivindicação. Estava pronto para acatar a decisão tomada pelos companheiros, mas precisavam ficar atentos para não serem ludibriados novamente. A que nos parece, no acordo assinado, a classe trabalhadora alagoana foi enganada.

A proposta vinda do Sindicato Fernão Velho, dentro da reunião, foi a mesma dos têxteis de Rio Largo: 100%, mas sem cláusulas no contrato e a fixação imediata. O operário Antônio Davi Lemos fez uma ligeira apresentação do custo de vida. E fez um aviso aos representantes sindicais,

Quando uma assembleia lança um proposta para um acordo, aquele a quem representa, a classe deve voltar com uma decisão ou uma contraproposta da outra parte para que a assembleia tome conhecimento e decida-se, não fazendo como no último acordo que tivemos, que os Srs. presidentes assinaram depois lido várias vezes, para depois chegarem aqui inocentando-se e dizendo que tinham sido ludibriados. (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho. Ata da reunião de 11 de março de 1964).

O clima entre a base e os líderes sindicais não estava bom porque, ao que consta na ata, o acordo insatisfatório foi assinado pelos líderes sindicais, sem o consentimento da classe operária em geral. Não houve contraproposta para ser discutida dentro dos sindicatos, mas um acordo entre o estado e os líderes sindicais. E depois do acordo mal sucedido, os têxteis estavam se organizando novamente para lutar.

O advogado de alguns daqueles sindicatos, Ruben Ângelo, disse que falaria como profissional e como amigo. Para Ângelo, o salário não correspondia ao alto do custo de vida, então teriam de reivindicar um salário justo, de acordo com suas despesas. Falou do papel de vanguarda da classe, dele como advogado e da diretoria: “a greve é a última saída que deveriam procurar, apesar de estarem mais esclarecidos e mais unidos” e lançou as propostas para finalizar a reunião.

Daí, teríamos que escolher, entre dissídio coletivo com ou sem afastamento, acordo coletivo ou greve, porém, de maneira nenhuma um prejudica o outro, porque antes de tomar essa ou aquela decisão, temos a obrigação, para salvaguardar os nossos direitos, notificar antecipadamente as autoridades competentes. Até hoje não tenho conhecimento que um dissídio lavrado com afastamento não tenha tido êxito.

(Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho. Ata da reunião de 11 de março de 1964).

E ao final da reunião, ficou registrado, na ata de 11 de março de 1964, que os sindicatos deveriam notificar a Delegacia Regional do Trabalho, dentro da lei para que se ao final da luta, o aumento salarial não fosse alcançado, os trabalhadores pudessem utilizar os dispositivos legais, inclusive a greve.

Os eventos posteriores impediram a conclusão das lutas salariais em 1964. O golpe interrompeu toda uma trajetória de lutas da classe operária em Alagoas. A partir do dia 31 de março de 1964, mais de uma centena de prisões foram realizadas e entre os detidos, muitos operários têxteis.⁹ O Sindicato Têxtil de Fernão Velho sofreu intervenção do governo e assim a campanha salarial de 1964 em Alagoas foi bruscamente interrompida, bem como outras lutas no cenário nacional.

A facilidade com que a ditadura utilizou-se dos recursos da legislação sindical para reprimir os movimentos esclarece um outro limite: o imposto por uma estrutura oficial que se procurou adequar aos interesses dos trabalhadores, mas contra a qual lutou-se pouco. (MATOS, 2009: 100)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso estudo vem acompanhando uma nova gama de pesquisas referente à classe operária brasileira em sua totalidade e em nosso caso, a classe operária em Alagoas, mais especificamente os têxteis. As pesquisas evidenciaram a participação dos operários têxteis de forma incisiva por melhores condições de vida nas campanhas salariais e em lutas de caráter político, nos momentos que antecederam ao golpe de 1964.

⁹ Quase todos os operários que faziam parte da diretoria do Sindicato Têxtil de Fernão Velho foram presos quando foi dado o golpe. Foi dito por um dos ex-operários que a gerência da Fábrica Carmen indicava para a polícia os operários que deveriam ser presos. Muitos operários foram levados pela polícia de dentro da fábrica. Muitos desses operários estavam participando somente da campanha salarial. A polícia foi na madrugada na casa e alguns operários considerados “subversivos”, como Sólon Araujo e Laranjeiras, para evitar fuga quando soubessem do golpe. O ex-operário J. V. foi um dos únicos integrantes da diretoria que não foi preso em 1964, o mesmo disse que foi pressionado pela polícia, mas não chegou a ser preso como seus companheiros. *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL. Vols. 4 e 8, 2008.*

Os operários da Fábrica Carmen ocuparam um lugar de vanguarda nas campanhas salariais, suas reuniões eram ocupadas por diversas lideranças de outras fábricas têxteis e categorias e através das atas podemos ver que a luta salarial assume contornos muito maiores que uma “luta econômica”, a partir do momento que as lutas iam se intensificando, seu caráter político ia ficando mais nítido para os trabalhadores. Eles passam a se posicionar politicamente nas atas, expondo e assumindo publicamente a oposição ao governo do estado, mesmo com todo clima de perseguição. Diante da documentação visualizamos a tensa relação entre a direção e a base do sindicato, onde decisões autoritárias tomadas pelas diretorias determinaram o fracasso de meses de luta salariais, enfraquecendo a categoria.

Quanto ao salário mínimo, os valores apresentados pelo DIEESE, com um caráter nacional, não representam a realidade brasileira do período e se faz necessário novos estudos.

FONTES DOCUMENTAIS

Jornal: *A Voz do Povo* (1961 – 1964).

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho. Atas (1962 – 1964).

Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL. Vols. 4 e 8, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA

DIEESE. *Salário mínimo: Uma questão econômica e de política*. 2005. Acesso em 21/11/2011. https://www.dieese.org.br/assinante/download.do?arquivo=esp/estpesq09_salariominimo.pdf

DIEESE. *Tabela dos valores nominais do salário mínimo (1940-1999)*. Acesso em 20 de novembro de 2011. http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo_1940a1999.htm.

MAJELLA, Geraldo de. *Rubens Colaço: Paixão e vida - A trajetória de um líder sindical*. Recife: Edições Bagaço, 2010.

MATOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de adão*. 4ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro. “1964: O golpe contra as reformas e a democracia”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 24, nº 47, p.13-28, 2004.